**1º PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS/2018**
**PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**CURSO DE DIREITO**

## INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Preencha cuidadosamente o cartão de respostas, indicando seu nome e número de inscrição. Ao assinalar a alternativa faça-o com um X ou preenchendo toda a letra escolhida;
2. Não haverá substituição do Cartão de Resposta por erro do candidato.
3. **Não deixe de assinar a folha de presença, pois a falta de assinatura, mesmo se apresentado o cartão de respostas, implicará na exclusão do processo seletivo;**
4. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, contadas da autorização dos fiscais de sala para o início da prova;
5. Você poderá, decorrido uma hora de prova, levar o seu caderno de questões. Se pretender entregar o cartão de respostas antes do tempo mínimo, deverá deixar os cadernos de provas objetiva com o fiscal de mesa, mas poderá anotar o seu gabarito;
6. Nos dois dias seguintes ao de realização da prova (entre 14 e 18h), você poderá obter seu caderno de questões na sede da Procuradoria da República;
7. Antes de iniciar a prova, verifique atentamente o caderno de questões, a fim de verificar eventual problema de impressão;
8. Não será permitida qualquer forma de consulta durante a realização desta prova;
9. Não será permitido o uso de celulares, *pagers* ou qualquer outro meio de comunicação durante o tempo de realização da prova, devendo tais aparelhos permanecerem desligados;
10. **Tenha calma ao ler as questões e boa prova!**

## DIREITO ADMINISTRATIVO

**1)** Sobre Processo Administrativo, assinale a alternativa CORRETA:

**a)** O Processo Administrativo tem seu início, sempre, de ofício.

**b)** Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial, como a decisão de recurso administrativo.

**c)** Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial, mas não pode ser objeto de delegação a edição de ato normativo.

**d)** Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de maior grau hierárquico para decidir.

**e)** Nenhuma das alternativas anteriores.

**2)** Sobre Improbidade Administrativa, assinale a alternativa INCORRETA:

**a)** O Ministério Público, se não intervir no processo como parte, atuará obrigatoriamente, como fiscal da lei, sob pena de nulidade

**b)** Por disposição Constitucional, é imprescritível a pretensão de ressarcimento de danos ao erário.

**c)** As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas na Lei nº 8.429/90 prescrevem em 05 anos, a contar da prática do ato, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.

**d)** As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas na Lei nº 8.429/90 prescrevem em cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

**e)** A Lei mº 8.429/90 se aplica a agentes públicos e também a particulares.

**3)** Qual das seguintes alternativas contém Empresa Pública Federal?:

**a)** Banco do Brasil.

**b)** Caixa Econômica Federal.

**c)** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

**d)** Banco da Amazônia.

**e)** Nenhuma das alternativas anteriores.

**4)** Sobre Agentes Públicos, assinale a alternativa CORRETA:

**a)** São agentes honoríficos aqueles que se ligam ao Estado, sem vínculo profissional em razão da qualidade de cidadão e de sua presumida e elevada reputação.

**b)** Cargos públicos são a mais complexas e divisíveis unidades de competência a serem expressadas por um agente.

**c)** Não vigora, no ordenamento jurídico pátrio, o Regime Jurídico Único.

**d)** Agentes honoríficos são agentes do Terceiro Setor.

**e)** Nenhuma das alternativas anteriores.

**5)** Sobre Atos Administrativos, assinale a alternativa INCORRETA:

**a)** São fatos administrativos aqueles praticados sem manifestação de vontade da Administração, sendo meramente executórios.

**b)** Atos administrativos são autoacusatórios.

**c)** A imperatividade dos atos administrativos provém do Poder Extroverso.

**d)** São elementos do ato administrativo a Competência e a Oficiosidade.

**e)** A competência, finalidade e forma do ato administrativo são elementos sempre vinculados.

**6)** Sobre Poderes Administrativos, assinale a alternativa CORRETA:

**a)** O Poder Vinculado é o que permite liberdade de mérito na concretização de atos administrativos.

**b)** O Poder Discricionário permite a análise de mérito na concretização de atos administrativos.

**c)** O Poder Hierárquico estabelece as relações de subordinação entre a Administração e os administrados.

**d)** O Poder Extroverso não permite ao Estado estabelecer unilateralmente obrigações a

terceiros.

**e)** Nenhuma das anteriores.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

**7)** Assinale a alternativa CORRETA:

**a)** As constituições formais permitem que determinada matéria de ordem secundária e não nuclear, seja incluída como norma constitucional no bojo de seu texto.

**b)** As constituições escritas são documentos não solenes.

**c)** A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é consuetudinária.

**d)** Constituições outorgadas são próprias de regimes democráticos.

**e)** Nenhuma das anteriores.

**8)** Assinale a alternativa CORRETA:

**a)** São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

**b)** Não é vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, podendo ocorrer por autorização do Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País.

**c)** Os índios, suas comunidades e organizações não são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, devendo a intervenção judicial ser realizada pelo Ministério Público Federal.

**d)** As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, de maneira compartilhada com particulares proprietários da terra.

**e)** Nenhuma das anteriores.

**9)** Assinale a alternativa INCORRETA:

**a)** Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o

dever de defendê-lo e preservá- lo para as presentes e futuras gerações.

**b)** As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

**c)** A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

**d)** São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

**e)** Se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, ainda que sejam manifestações culturais.

**10)** Assinale a alternativa CORRETA:

**a)** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se apenas aos brasileiros a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

**b)** São gratuitas as ações de *habeas corpus* e *habeas data.*

**c)** Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

**d)** É permitida a extradição de estrangeiros por crime político.

**e)** Qualquer cidadão, maior de 18 anos, é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

**11)** Assinale a alternativa CORRETA:

**a)** O Ministério Público brasileiro é um poder, que deve guardar relação de harmonia e independência em relação aos demais.

**b)** É constitucional o fechamento de fronteiras para estrangeiros que necessitem de ajuda humanitária.

**c)** O cargo de Procurador Geral da República é privativo de brasileiro nato.

**d)** São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais.

**e)** Nenhuma das anteriores.

**12)** Assinale a alternativa CORRETA:

**a)** As ações diretas de constitucionalidade e as ações diretas de inconstitucionalidade não são fungíveis entre si.

**b)** O controle concreto de constitucionalidade não pode ser realizado por qualquer juízo.

**c)** Cabe controle de constitucionalidade como objeto principal de ação civil pública.

**d)** Cabe controle de constitucionalidade na ação civil pública como causa de pedir.

**e)** Não cabe controle de constitucionalidade via ação civil pública.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**13)** Assinale a opção INCORRETA:

O Ministério Público, como fiscal da ordem jurídica:

**a)** tem configurada, por si só, hipótese de intervenção, pela participação da Fazenda Pública;

**b)** terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo;

**c)** poderá produzir provas, requerer as medidas processuais pertinentes e recorrer;

**d)** intervirá nos processos que envolvam litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana;

**e)** gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal.

**14)** Quanto a nulidade no processo civil, é INCORRETO afirmar:

**a)** é nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir;

**b)** se o processo nulo tiver tramitado sem conhecimento do membro do Ministério Público, o juiz invalidará os atos praticados a partir do momento em que ele deveria ter sido intimado;

**c)** a nulidade só pode ser decretada após a intimação do Ministério Público, que se manifestará sobre a existência ou a inexistência de prejuízo;

**d)** quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta pode

ser requerida pela parte que lhe deu causa;

**e)** Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.

**15)** Escolha a afirmação INCORRETA. Considera-se inepta a petição inicial quando:

**a)** Lhe faltar pedido ou causa de pedir;

**b)** O pedido for indeterminado, ressalvadas as hipóteses legais em que se permite o pedido genérico;

**c)** Da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão;

**d)** Contiver pedidos incompatíveis entre si;

**e)** Houver insuficiência de provas.

**16)** Quanto a coisa julgada no processo civil, assinale a opção INCORRETA:

**a)** há coisa julgada quando se repete ação que está em curso;

**b)** denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso;

**c)** não fazem coisa julgada os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença;

**d)** não faz coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença;

**e)** o juiz poderá decidir novamente as questões já decididas relativas à mesma lide, em se tratando de relação jurídica de trato continuado, quando sobrevier modificação no estado de fato ou de direito, caso em que poderá a parte pedir a revisão do que foi estatuído na sentença;

**17)** No processo civil, o juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação. Trata-se de hipótese de:

**a)** assistência simples;

**b)** assistência litisconsorcial;

**c)** denunciação da lide;

**d)** chamamento ao processo;

**e)** amicus curiae.

**18)** Assinale a opção INCORRETA:

No processo civil, o recurso adesivo:

**a)** não fica subordinado ao recurso independente;

**b)** se submete as mesmas regras do recurso independente quanto aos requisitos de admissibilidade e julgamento no tribunal, salvo disposição legal diversa;

**c)** será dirigido ao órgão perante o qual o recurso independente fora interposto, no prazo de que a parte dispõe para responder;

**d)** será admissível na apelação, no recurso extraordinário e no recurso especial;

**e)** não será conhecido, se houver desistência do recurso principal ou se for ele considerado inadmissível.

## DIREITO PENAL

**19)** Entre as alternativas abaixo marque a INCORRETA**:**

**a)** Comete crime continuado o agente que mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subseqüentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.

**b)** Comete crime tentado o agente que quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente, sendo que a pena, salvo disposição em contrário, será a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.

**c)** Quando o agente emprega em sua ação meios absolutamente inidôneos a produzir o resultado pretendido estaremos diante de crime impossível.

**d)** Ocorre desistência voluntária quando o agente, voluntariamente, antes de inciar a

execução do crime, desiste de prosseguir, respondendo apenas pelos atos já praticados.

**e)** Pratica arrependimento eficaz o agente que após praticar um crime sem violência ou grave ameaça à pessoa, voluntariamente, repara o dano antes do recebimento da denúncia ou da queixa.

**20)** Marque a Alternativa Correta.

**a)** Acerca do Erro sobre elementos do tipo, pode-se dizer que erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas sempre permite a punição por crime culposo

b) No caso de Erro sobre a ilicitude do fato o desconhecimento da lei é escusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço

c) Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem

d) Considera-se legitima defesa quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.

e) Entende-se estado de necessidade quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

**21)** João deu entrada de requerimento perante o INSS para obter aposentadoria rural, utilizando-se de contrato de arrendamento rural falso ao analisar o pedido o funcionário do INSS realizou pesquisa nos sistemas do órgão e constatou que joão trabalhou mais de 20 anos como empregado de uma indústria da cidade, indeferindo assim o pedido.

Diante dessa situação João:

**a)** Poderá vir a ser beneficiado com o instituto da transação penal visto que a pena máxima do crime cometido é menor que dois anos;

**b)** Não poderá vir a ser beneficiado com o instituto da transação penal visto que a pena máxima do crime cometido é menor que dois anos;

**c)** Poderá vir a ser beneficiado do instituto da Suspensão Condicional do Processo visto que a pena miníma do crime cometido é menor ou igual a um ano

**d)** Não poderá vir a ser beneficiado do instituto da Suspensão Condicional do Processo visto que a pena miníma do crime cometido é menor ou igual a um ano

**e)** Não poderá vir a ser beneficiado do instituto da Suspensão Condicional do Processo visto que a pena miníma do crime cometido é superior a um ano.

**22)** Marque a Alternativa correta:

**a)** A progressão de regime, no caso dos condenados a crimes hediondos, dar-se-á após o cumprimento de metade da pena, se o apenado for primário, e de 3/5 (três quintos), se reincidente.

**b)** São Crimes Hediondos o Homicídio, roubo, estupro de vulnerável e tortura,

**c)** São Crimes Hediondos o Homicídio qualificado, roubo qualificado, estupro de vulnerável e tortura,

**d)** Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de anistia, graça e indulto;

**e)** No caso de crimes hediondos a prisão temporária terá o prazo de até 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

**23)** Em relação aos crimes contra a administração pública marque a alternativa correta:

**a)** Comete crime de peculato o funcionário público que se apropria de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.

**b)** Comete o crime de Excesso de exação o funcionário público que exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

**c)** Comete o crime de Corrupção passiva o servidor que retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal

**d)** Comete o crime de corrupção ativa o particular que oferecer, prometer ou dar vantagem indevida a servidor da União, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.

**e)** Comete crime de contrabando quem iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria.

**24)** Cristiano Ronaldo, assessor de Juiz Federal da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado Pará, sem o conhecimento de sua chefia, entrou em contato com advogado Messi e solicitou vantagem indevida sobre o pretexto de conseguir influenciar na decisão do juiz em um processo patrocinado por Messi naquele juízo. Nesta situação Cristiano Ronaldo cometeu o crime de:

**a)** peculato
**b)** Exploração de Prestigio
**c)** Corrupção Passiva;
**d)** Corrupção Ativa
**e)** Tráfico de Influência

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

**25)** O prazo para conclusão do Inquérito Policial previsto no art. 10 do Código de Processo Penal é :

**a)** de 05 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
**b)** de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
**c)** de 15 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
**d)** de 15 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 40 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
**e)** de 20 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 40 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

**26)** Qual dos seguintes crimes não será processado na Justiça Federal.

**a)** João a fim de aumentar sua produção de gado decide desmatar 50 hectares de floresta localizado em Reserva Extrativista Federal.

**b)** Beatriz a fim de obter beneficio previdenciário de aposentadoria, apresenta ao Instituto Nacional de Previdência Social (INSS) carteira de trabalho com anotações falsas.

**c)** Marcelo após ingerir bebida alcoílica foi pego dirigindo em blitz da Polícia Rodoviária Federal, a fim de evitar sofrer qualquer sansão Marcelo oferece R$ 50,00 para o agente federal a fim de ser liberado sem ser submetido ao teste de bafômetro.

**d)** Fábio, menor de idade, ingressa a noite dentro de de Universidade federal e lá furta vários computadores.

**e)** Matheus embarca em voo de La Paz, na Bolívia, para Belém do Pará, trazendo consigo 10 quilos de cocaína.

**27)** Em investigação Criminal o Ministério Público, consegui reunir provas de autoria e materialidade de que Raimundo foi o autor de diversos roubos a caminhões dos Correios no último mês e já estaria se preparando para praticar outro assalto daqui a cinco dias, nessa hipótese deverá o Ministério Público requerer ao juízo competente que decrete em desfavor de Raimundo a:

**a)** Prisão Temporária

**b)** Prisão Definitiva

**c)** Prisão Domiciliar

**d)** Prisão em Flagrante

**e)** Prisão Preventiva

**28)** Qual dos crimes abaixo é possível a concessão de Liberdade Provisória mediante fiança:

**a)** Corrupção Ativa

**b)** Racismo

**c)** Tortura

**d)** Tráfico ilícito de drogas

**e)** Latrocínio

**29)** Alberto foi denunciado pelo crime de Falsidade ideológica por ter inserido em documento público declaração falsa, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, cuja pena varia de 1 (um) a 5 (cinco) anos. Portanto, Alberto deverá ser submetido ao procedimento:

**a)** Sumaríssimo

**b)** Sumário

**c)** Ordinário

**d)** Especial

**e)** Do Tribunal do Juri

**30)** Será cabível a interposição de Recurso em Sentido Estrito da decisão, despacho ou sentença que:

**a)** receber a denúncia ou a queixa.

**b)** denegar a apelação ou a julgar deserta

**c)** impronunciar o réu

**d)** condenar o réu

**e)** absolver o réu

**1º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS -2018**
**ESPELHO DE RESPOSTAS - DIREITO**

Identificação do Candidato

NOME:_____INSC:_____

ASSINATURA:

| ***QUESTÃO*** | ***RESPOSTA*** | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **01** | A | B | C | D | E |
| **02** | A | B | C | D | E |
| **03** | A | B | C | D | E |
| **04** | A | B | C | D | E |
| **05** | A | B | C | D | E |
| **06** | A | B | C | D | E |
| **07** | A | B | C | D | E |
| **08** | A | B | C | D | E |
| **09** | A | B | C | D | E |
| **10** | A | B | C | D | E |
| **11** | A | B | C | D | E |
| **12** | A | B | C | D | E |
| **13** | A | B | C | D | E |
| **14** | A | B | C | D | E |
| **15** | A | B | C | D | E |
| **16** | A | B | C | D | E |
| **17** | A | B | C | D | E |
| **18** | A | B | C | D | E |
| **19** | A | B | C | D | E |
| **20** | A | B | C | D | E |
| **21** | A | B | C | D | E |
| **22** | A | B | C | D | E |
| **23** | A | B | C | D | E |
| **24** | A | B | C | D | E |
| **25** | A | B | C | D | E |
| **26** | A | B | C | D | E |
| **27** | A | B | C | D | E |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **28** | A | B | C | D | E |
| **29** | A | B | C | D | E |
| **30** | A | B | C | D | E |